

**UNIVERSITY AND ITS SOCIAL, CULTURAL AND EDUCATIONAL FUNCTIONS:**

EXTENSION AND CULTURE AT THE UFPE IN THE PERIOD 2004-2010\*

**A UNIVERSIDADE E SUA FUNÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA-CULTURAL:**

A EXTENSÃO E A CULTURA NA UFPE NO PERÍODO 2004-2010

Maria Christina de Medeiros Nunes<sup>1</sup>**ABSTRACT**

Education and culture are conceptually reflected in a dual role which historically and institutionally comes together at the university extension of Federal University of Pernambuco (UFPE). This article intends to demonstrate the relationship between education, culture and extension under the Dean of Extension of Federal University of Pernambuco, through the main activities of the program UFPE & Cultural Policies and of extension of production, project mode, registered in the Information System in University Extension (SIEX) in the period 2004-2010, in the thematic area of culture. It was adopted as a theoretical basis for correlating concepts such ideas of the educator Paulo Freire, who in his practice in the area of education, implemented, in 1961, at the University of Recife, the Service of Cultural Extension. From the theoretical concepts referenced of the production extension analysis, we sought to demonstrate that the confluence of education and culture, that are historically and conceptually together, in an inseparable perspective of human action, based the foundations of the social, educational and cultural missions of the University.

**KEYWORDS:** Education. Culture. Extension.

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Pública, Assistente Social e Diretora de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE (Recife, Brasil). E-mail: christina.nunes@ufpe.br

**RESUMO**

A educação e a cultura traduzem-se conceitualmente num binômio que histórica e institucionalmente vem caminhando juntos na extensão universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Este artigo pretende demonstrar a relação educação/cultura/extensão no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, por meio das principais atividades do Programa UFPE & Políticas Culturais, e da produção extensionista, modalidade projeto, registrada no Sistema de Informação em Extensão Universitária – SIEX, no período 2004-2010, na área temática da cultura. Adotou-se como base teórica para correlacionar tais conceitos as idéias do educador Paulo Freire, que em sua prática pedagógica na área da educação, implantou em 1961 na Universidade do Recife, o Serviço de Extensão Cultural. A partir das concepções teóricas referenciadas e da produção extensionista analisada, buscou-se demonstrar que na confluência da relação educação/cultura, que caminham histórica e conceitualmente juntas, numa perspectiva indissociável da ação humana, é que se assentam as bases da missão sócio-educativa-cultural da Universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Cultura. Extensão.

**1. INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 dispõe no título VIII da Ordem Social a junção, no capítulo III da Educação, Cultura e Desporto, o que vem referendar uma relação histórica e orgânica do binômio educação-cultura.

Segundo Dória (2009), as atividades públicas no Brasil, até os anos 1980, no campo da cultura, estiveram “subsumidas no sistema educacional”, herança que ainda repercute atualmente no sistema cultural, penalizando-o, a exemplo da estruturação das contas públicas e a distribuição do orçamento da União. Outro aspecto citado pelo autor, fundamentado no argumento de que o Estado só define atribuições à cultura a partir da Constituição de 1988, é a ausência de indicadores de avaliação do desempenho do sistema cultural público.

Quanto ao conceito, a concepção de cultura adotada na Constituição, ainda segundo Dória, tem escopo antropológico, pois a define como o conjunto de expressões,

criações e formas de viver de uma sociedade. Observa-se que esta definição encontra similaridade na concepção adotada pelo educador Paulo Freire (1976), para quem a cultura é tudo que é criado pelo homem; a partir daí, todos os seres humanos são criadores de cultura, na medida em que interagem com a natureza e refletem sobre o sentido de sua ação. A educação consiste, portanto, no ato de reflexão e ação sobre a realidade, o que leva o homem, através das experiências vividas e seu esforço criador a transformar essa realidade.

Falar em universidade/extensão/cultura também nos remete ao mencionado educador, em quem historicamente estão assentadas as origens institucionais da extensão universitária na Universidade Federal de Pernambuco e, por conseguinte, é na visão freireana sobre educação e cultura que se fundamentam as bases teóricas e conceituais da construção argumentativa desse artigo. Para Paulo Freire (1985),

a educação como prática da liberdade não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a perpetuação dos valores de uma cultura dada; não é o esforço de adaptação do educando a seu meio (FREIRE, 1985, p.53).

Na visão do autor, a educação, enquanto método dialógico, contrapõe-se ao conceito de extensão, analisado pelo educador na perspectiva da extensão rural, em livro intitulado *“Comunicação ou Extensão?”* (FREIRE, 1985). No ensaio, Freire (1985) critica o conceito de extensão, considerando-o como “invasão cultural”, atitude contrária ao diálogo, base de uma autêntica educação. A concepção dialógica freireana baseia-se no princípio da reciprocidade, da interatividade e da construção mútua educando-educador e o termo extensão implicitamente associa-se à ação de estender, assumindo significados de transmissão, entrega, doação, entre outros. A extensão, nesta perspectiva, representa a “coisificação” em uma atitude claramente anti-dialógica e contrária à visão do homem enquanto ser transformador da realidade e mostra-se como “incompatível com uma autêntica educação”, na concepção freireana.

O educador, no entanto, ao criar o Serviço de Extensão Cultural, em 1961, na Universidade do Recife, que posteriormente veio a se transformar na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), legítima, a nosso ver, a extensão enquanto instrumento de ação educativa e transformadora da realidade social e política, alicerçada, segundo Brasileiro e Mendonça (2009), no processo de modernização da universidade.

A partir do termo “cultura” que, segundo publicação da Fundarpe (2009), agrega muitos significados, no qual se associam conceitos diversos, tais como identidade, valor, memória, patrimônio, bens culturais, bens materiais e imateriais, entre outros, é que a autora pretende, de forma resumida, demonstrar, no decorrer do artigo, a relação universidade/extensão/cultura no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFPE, por meio das principais atividades do Programa UFPE e Políticas Culturais, e da produção extensionista, modalidade projeto, registrada no período 2004-2010, na área temática da cultura.

## **2. A UNIVERSIDADE, A EXTENSÃO E A CULTURA: INSTITUCIONALIDADES E CONEXÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS**

A concepção de universidade, adotada por Belloni (1992), se expressa por meio de seu compromisso social, enquanto geradora de saberes nas áreas da ciência, da arte e da cultura, como também na sua contribuição ao encaminhamento de solução dos problemas atuais e prioritários dos grupos sociais vulnerabilizados da sociedade.

As universidades públicas brasileiras que assumem como missão promover a formação superior no sentido da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, voltada ao atendimento às necessidades da sociedade, vêm enfrentando, ao longo de sua trajetória histórica, ciclos de expansão e retração. Os movimentos sociais pela

redemocratização do país nos anos 1980 geraram, nas décadas seguintes, crescentes pressões a favor da ampliação do acesso à educação superior, ao combate às desigualdades e à exclusão social e na defesa de uma formação profissional atenta às exigências do contexto social.

Naquele momento, na opinião de Luiz Antônio Cunha (1989), a extensão universitária ganha mais espaço na política acadêmica, aumentando o risco de descaracterização da identidade da função da Universidade.

em nome da confusa atividade de extensão, a universidade tende a ser confundida com outras instituições sociais e se desviar de sua responsabilidade institucional. [...] iniciativas movidas por impulsos generosos, de cunho voluntarista, desagregam ainda mais os esforços da universidade, consumindo tempo e recursos materiais, financeiros e humanos, que podem fazer falta para a instituição cumprir sua responsabilidade fundamental e específica que é desenvolver o conhecimento e torná-lo acessível (CUNHA, 1989 apud BOTOMÉ, 1996, p. 56).

Botomé (1996) indica a extensão universitária como sendo frequentemente a “via de entrada” de demandas oriundas de órgãos públicos e instituições sociais, sendo muitas vezes conclamada a substituir a atuação de agências do Estado na execução de políticas públicas em detrimento à realização de sua missão social (pesquisar, ensinar e socializar). Segundo o autor, a questão sobre a identidade da universidade é o problema mais grave vivenciado pela instituição a partir dos anos 1990. Ele situa as demandas sociais acolhidas fora de suas competências, as atribuições recebidas por pressões de governos, da sociedade e dos próprios membros da própria comunidade acadêmica e a realização de tarefas de outras instituições, como assistência social, atendimento à saúde, assessorias, consultorias e serviços múltiplos, descolados de trabalhos acadêmicos de pesquisa e ensino como fatores que contribuíram para a descaracterização da universidade e o enfraquecimento de sua identidade.

Concepção similar é defendida por Meneguel (2003), ao afirmar que:

a universidade tem a obrigação de planejar, organizar e avaliar a sua forma de se relacionar e assumir compromissos sociais, considerando a sua natureza, que é o ensino, a pesquisa e a extensão; e suas funções, criar e disseminar conhecimento; promover e preservar o desenvolvimento artístico e cultural e é lugar de pensamento. A universidade não é órgão de assistência social, nem órgão operacional a serviço de interesses específicos, como empresas (MENEQUEL, 2003, p. 125).

Desde então, inúmeros fóruns de debates foram criados no mundo acadêmico procurando identificar os principais problemas enfrentados pelas instituições educacionais do mundo em desenvolvimento, colocando, na centralidade das discussões do ensino superior no Brasil, duas temáticas: a democratização, entendida como ampliação do acesso ao ensino superior público, e a sua função social, no sentido de dar respostas aos problemas e às crescentes demandas sociais, em conformidade com a sua missão.

A Extensão, neste sentido, vem exercendo, ao longo dos anos, conforme demonstram diversos estudos e publicações acadêmicas sobre o tema, o papel de realizar a aproximação da universidade com a sociedade, associando, de um lado, a produção do conhecimento e, de outro, a intervenção na realidade, na busca da transformação social.

Para Frantz e Silva (2002), “a extensão seria então a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade [...] no momento em que ela é construída ou que se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais” (FRANTZ; SILVA, 2002, p. 106). Suas atividades, segundo o autor, “giraram em torno de práticas de prestação de serviços, assistência social, ensino de extensão e difusão cultural” (FRANTZ; SILVA, 2002, p. 108). A difusão cultural, neste contexto, compreendia as atividades de cunho artístico-cultural sob a forma de espetáculos, exposições, recitais, entre outros, cuja crítica, na visão do autor, pairava sobre a dúvida de estarem essas atividades na missão da universidade, uma vez que outras instituições poderiam desempenhá-las.

As diretrizes de institucionalização da extensão universitária no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) vêm sendo conduzidas desde 1987 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), instância que veio a se tornar o mais importante *locus* político da discussão da Política Nacional de Extensão, em nível nacional.

Na busca de definições conceituais e programáticas, foi publicado, em 1999, o Plano Nacional de Extensão (PNE), definindo como diretrizes da extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação de mão dupla com a sociedade. O plano, além de estabelecer os parâmetros de organização da extensão universitária, realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, definiu ainda como escopo de atuação as áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho, observando-se o caráter da interdisciplinaridade e as interfaces entre as diversas áreas. A consolidação das reflexões e discussões envidadas pelo FORPROEX foi consubstanciada em diretrizes publicadas em 2001, na *Coleção Extensão Universitária*. Atualmente, após o processo de amadurecimento político-conceitual, o Fórum vem trabalhando na construção da Política Nacional de Extensão e na revisão e atualização do Plano Nacional de Extensão (PNE), publicado em novembro de 1999. Esforços também estão sendo empreendidos na institucionalização da extensão junto ao Plano Nacional de Educação, ora em processo de revisão pelo Ministério da Educação (MEC), na busca de fortalecer e ampliar a oferta contínua de programas e projetos de extensão nas Universidades Públicas, por intermédio de aporte financeiro advindos das agências governamentais de fomento.

Concomitantemente, a cultura também vivenciou, em razão do avanço do processo de democratização e de seu potencial crescente na sociedade brasileira, a implantação de políticas específicas para a área, independentemente da educação.

Institucionalmente, viveu também fases de avanços e retrações. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), pelo Decreto 91.144, a área da cultura foi fortalecida com o reconhecimento institucional. A década de 1990 foi marcada por várias transformações em sua estrutura, e somente em 2003, na gestão do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o papel da cultura foi reconhecido como política pública de acesso da população aos bens culturais e de transformação da sociedade. O MinC lançou, a partir de então, programas próprios, tais como o Mais Cultura, o Cultura Viva, o Vale Cultura e o Cinema Perto de Você.

O programa Mais Cultura veio a se desdobrar na implantação dos Pontos de Cultura – centros produtores e difusores de cultura – e ampliou o conceito de política pública, compondo uma rede articulada de diversos atores sociais. A partir daí, vários convênios foram assinados com os governos estaduais e municipais, potencializando a ampliação dessa rede em todo o País. Estabelece-se, nessa perspectiva, uma parceria do MinC com a UFPE, que se torna um elo dessa rede de parceiros com a instalação e coordenação de um Pontão de Cultura.

A consolidação da institucionalidade da cultura ocorreu em dezembro de 2010, com a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), através da Lei nº 12.343, fruto de discussões e deliberações de dois Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas Populares (2005 e 2006) e duas Conferências Nacionais de Cultura (2005 e 2010). O PNC vem consolidar uma política de Estado e o seu papel enquanto ente de regulação, de fomento e de indução de promover, preservar e valorizar a diversidade cultural no País, em diálogo com a sociedade civil. Ao referendar a relação dialógica com a sociedade, pode-se inferir uma aproximação conceitual do Plano às concepções de educação e cultura defendidas por Paulo Freire.

### 3. EXTENSÃO E CULTURA: ORIGEM E TRAJETÓRIA NA UFPE

Criada em 1946, através do Decreto-lei nº. 9.388, de 20 de junho, a Universidade Federal de Pernambuco originou-se da junção das seis Escolas Superiores então existentes no Recife: Faculdade de Direito, Escola de Engenharia, Escola de Farmácia, Faculdade de Medicina, Escola de Belas Artes de Pernambuco e Faculdade de Filosofia do Recife. Inicialmente sob a denominação de Universidade do Recife, a UFPE ocupa atualmente a posição de primeira universidade do Norte e Nordeste, configurando-se entre as dez maiores universidades nacionais, no tocante à produção científica, com participação em projetos regionais, nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento científico.

A extensão, na então Universidade do Recife, nasce em 1961, de uma junção orgânica com a cultura, sob a denominação de Serviço de Extensão Cultural (SEC), coordenado pelo educador Paulo Freire, sob um contexto sócio-político efervescente de tensões e luta do movimento estudantil por reformas universitárias e transformações sociais. Em artigo publicado na *Revista de Cultura Estudos Universitários*, criada por Paulo Freire naquela época e re-lançada em 2009 pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Brasileiro e Mendonça (2009) revisitam a origem da extensão na UFPE e elencam os objetivos do SEC, destacando-se: a) promover a difusão cultural; b) contribuir para o desenvolvimento da cultura e das mentalidades regionais; c) realizar cursos e seminários visando ao estudo da realidade e cultura brasileira d) procurar divulgar amplamente os trabalhos e realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e seus objetivos. Segundo os autores, o SEC consolidou a primeira experiência de extensão universitária no Brasil e na qual originou-se a atual Pró-Reitoria de Extensão.

A UFPE, coerente com os compromissos de uma universidade pública e socialmente comprometida, define como missão, em seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI/UFPE), a formação profissional e cidadã de seus estudantes, em uma perspectiva de transformação do conhecimento acadêmico em possibilidade de desenvolvimento humano e sócio-profissional; e a contribuição por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para transformar a sociedade com a produção de conhecimento e oferta de uma educação de qualidade, adaptada à realidade social, econômica e cultural do Nordeste e do Brasil.

Diversos estudos sobre a trajetória da extensão mostram que ela tem exercido, ao longo de sua existência, o papel histórico de realizar a aproximação da Universidade da Sociedade, exercendo a sua função social. Na UFPE, a PROEXT também exerce a função mediadora e articuladora das ações acadêmicas de ensino e pesquisa com as demandas sociais, por meio do desenvolvimento, promoção e apoio a programas, projetos, serviços, cursos e publicações voltados às temáticas integrantes da dinâmica econômica, cultural e social da realidade de Pernambuco e do Nordeste.

Assim sendo, para concretizar seu projeto político de Universidade, comprometida com o desenvolvimento e a inclusão, a PROEXT definiu, em seu plano de ação para o período 2004–2011, desenvolver suas ações em torno de macro-ações estratégicas voltadas ao fortalecimento das Políticas Públicas Sociais, à Preservação e Difusão Cultural, ao apoio aos Movimentos Sociais, à Interação com as Empresas e à Formação Permanente e Educação Inclusiva dos segmentos historicamente excluídos da Educação Superior. O canal de interação com a sociedade para o desenvolvimento de suas ações se materializa por meio de programas temáticos, denominados UFPE e Políticas Públicas; UFPE e Movimentos Sociais; UFPE e Políticas Culturais; Educação Inclusiva e Formação Permanente; Interação UFPE e Empresas; UFPE e Valorização da Extensão.

Considerando que o escopo desse artigo tem por base analisar a área temática da cultura, a partir de sua relação com a extensão universitária, a abordagem em questão se restringirá ao programa UFPE e Políticas Culturais, desenvolvido no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, no período 2004-2010.

Tal qual a visão de Frantz e Silva (2002), anteriormente citada, a difusão cultural, ao longo desses anos, deu-se por meio do Programa UFPE e Políticas Culturais, com a promoção e apoio a inúmeros eventos, mostras, exposições, projetos e outras ações transversais intra e extra *campus* universitário e teve como foco a inclusão sociocultural e digital, em um processo de democratização do acesso à informação cultural e fortalecimento da interiorização e regionalização da cultura, em defesa do pluralismo e do respeito às diferenças.

A catalogação de acervos, preservação e restauração de coleções e apoio à implantação de museus acadêmicos tem se constituído em uma preocupação institucional, materializando-se na busca crescente de fontes diversas de recursos extra-orçamentários para sua sustentabilidade, como participação em editais e efetivação de parcerias e convênios nas esferas de governo de âmbito Federal, Estadual e Municipal. Alinhado nessa perspectiva, situa-se o Centro Cultural Benfica, considerado um importante espaço cultural do Recife. Localizado fora do campus da Universidade e inaugurado em 2001 em um casarão do século XIX, no bairro do Benfica, na Madalena, esse patrimônio da UFPE teve seu valor cultural reconhecido e tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, em 1981.

Esse espaço, em função de sua natureza governamental e de sua gestão definida por critérios jurídico-institucionais, até certo ponto limitantes e incompatíveis com a dinâmica do mundo da cultura, restringe uma projeção mais atuante no cenário cultural da cidade, não impedindo, contudo, apesar das dificuldades operacionais, a constância nas apresentações de peças teatrais no Teatro Joaquim Cardozo, mostras e exposições artísticas promovidas pelo Instituto de Arte Contemporânea (IAC), lançamentos de

livros, concertos musicais e a realização de cursos, seminários e palestras. O prédio onde se encontra o Centro Cultural também abriga a Livraria Benfica e o Acervo Museológico universitário, que reúne toda a coleção de obras de cerâmica da UFPE, inclusive peças do Mestre Vitalino, de Caruaru.

Outras ações, desenvolvidas e coordenadas pela Diretoria de Extensão Cultural da PROEXT, consideradas relevantes no período 2004-2010, realizadas em parceria e com patrocínio de órgãos e programas governamentais situam-se:

- **Projeto de Mediação Social e Cultural:** realizado no Centro Cultural Benfica buscou formar mediadores para aproximar e integrar o visitante ao artista expositor e à sua obra.
- **Restauração da Coleção de Cerâmica da UFPE:** foram restauradas 317 obras, com o patrocínio do Programa Petrobrás Cultural.
- **Restauração da Coleção Armorial da UFPE:** foram restauradas 74 obras do Acervo Armorial com patrocínio do Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais da Caixa Econômica Federal.
- **Ampliação do Acervo Museológico da UFPE** com a inclusão de obras contemporâneas doadas por artistas que participaram de exposições no Instituto de Arte Contemporânea (IAC).
- **II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária:** evento sediado na UFPE, realizado pelo Movimento dos Sem Terra - MST em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o apoio da Petrobrás, da Prefeitura do Recife e da PROEXT.
- **Circuito Cultural Banco do Brasil:** evento cultural universitário que contou com atrações nacionais e a participação de grupos da UFPE nas áreas de música, teatro, dança, literatura, artes visuais, com programa educativo e mostra audiovisual.

- **60 Anos da UFPE:** um grande conjunto de atividades, centrados na memória da UFPE, envolveu lançamentos de livros, concerto da Orquestra Sinfônica do Recife, apresentação do Coral Contracantos, palestras, debates, exposições, entrega de títulos e medalhas, entre outras atrações .
- **80 Anos de Ariano Suassuna:** extenso projeto que envolveu a criação do Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros (NASEB) e um panorama da obra deste escritor, apresentado em forma de debates, espetáculos de dança, teatro e música, exibição de vídeo e cinema, lançamento de livros e aulas-espetáculos.
- **CUCA:** Centro Universitário de Cultura e Arte, integrando um Ponto de Cultura instalado na UFPE com recursos do Ministério da Cultura e o apoio da PROEXT.
- **Sonora.ufpe:** festival de música para a valorização de talentos musicais da UFPE, realizado com o apoio do CUCA, do Centro de Convenções e do Departamento de Música da UFPE.
- **Domingo no Campus:** festival de artes integradas, idealizado em 1999 e geralmente realizado nos meses de verão (outubro a fevereiro), contempla as diversas expressões da arte, tais como música, teatro, circo, dança, produções audiovisuais, artes visuais, artesanato, entre outros. Conta para sua realização com patrocínios de instituições bancárias, a moldes da Caixa Econômica Federal, e de Órgãos Estaduais e Municipais de cultura, como a Fundação de Cultura Cidade do Recife e da Fundarpe.
- **Programa Multicultural e UFPE:** parceria firmada em 2008 com a Secretaria de Cultura do Recife, através da Fundação de Cultura Cidade do Recife, destinou-se à formação de gestores culturais para a cidade, através de intenso ciclo de debates e cursos de extensão.

- **CVT/NE:** convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) propiciou a criação do Centro Vocacional Tecnológico do Audiovisual do Nordeste, objetivando a formação, produção e difusão de cinema, vídeo e televisão digital. Sob a gestão da PROEXT denominou-se Núcleo de Áudio Visual (NAV), tornando-se NAV/CVT, o qual encontra-se em fase de implantação em instalações cedidas na TV Universitária.
- **FEJAP:** Festa da Juventude Universitária do Agreste de Pernambuco para a Inserção festiva e cultural do público juvenil no ambiente universitário do *Campus Caruaru* - interação UFPE e Comunidade do Agreste.

O Pontão de Cultura da UFPE configurou-se como uma das ações de caráter extensionista mais relevantes desenvolvidas na área cultural, alinhada à Política Nacional de Cultura. Criado ao final de 2006, por meio de convênio com o Ministério da Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva, o Pontão de Cultura da UFPE nasceu para apoiar a formação da Rede de Integração e Acompanhamento dos Pontos de Cultura do Estado de Pernambuco (RIAPC), e desenvolvimento de ações de capacitação em gestão e avaliação do impacto sociocultural dos Pontos de Cultura do Estado. Uma vez cumprida sua missão o convênio teve seu término em julho de 2009.

#### 4. A PRODUÇÃO EXTENSIONISTA DA UFPE NA ÁREA TEMÁTICA DA CULTURA (2004-2010)

A demanda crescente por informações sistematizadas por parte dos órgãos oficiais responsáveis pela Educação Superior, a exemplo do MEC, assim como as necessidades gerenciais de consultas, para fins de acompanhamento e avaliação e de docentes e discentes, por informações de sua produção e/ou participação em atividades

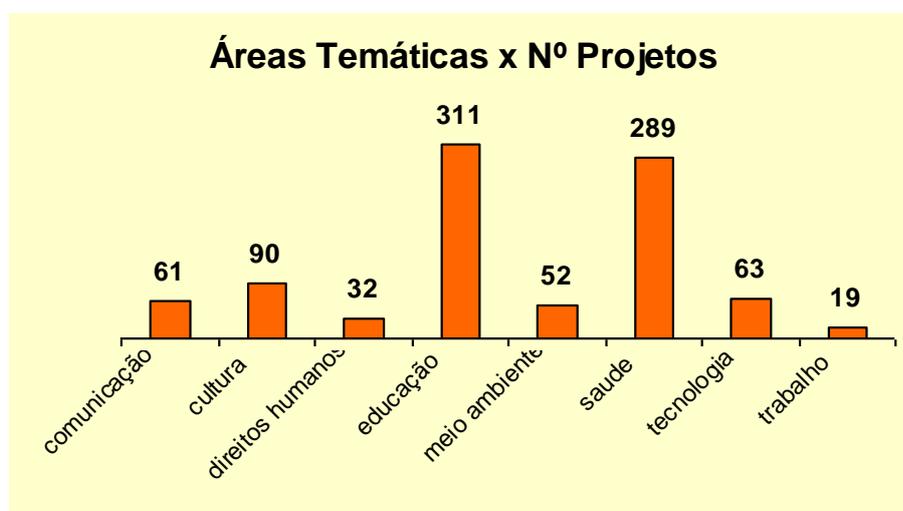
acadêmicas de extensão mobilizou a criação, em 2003, por iniciativa e gestão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEX), com fins de armazenar e distribuir dados da produção extensionista das Universidades.

O SIEX, sem a chancela institucional oficial do MEC, mas com apoio do FORPROEX, foi disponibilizado sem ônus para todas as Instituições de Ensino Superior (IES) interessadas. A PROEXT/UFPE, por adesão, passou a utilizá-lo como instrumento de registro e validação da produção extensionista da UFPE. Funcionando informalmente, e, portanto, sem a necessária institucionalização jurídica e descolado de uma política de gestão da informação por parte do MEC, o SIEX foi paulatinamente tornando-se frágil, em sua manutenção operacional, assim como mostrando desempenho inadequado e insuficiente nas respostas à diversidade de informações demandadas. Por falta de uma política de padronização do MEC, algumas Universidades criaram sistemas próprios de informações, na busca de constituir um banco de dados extensionista.

No contexto de expansão da extensão nas IES, e com a crescente necessidade de informações, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul criou, em 2008, o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ) e, a exemplo da UFMG, disponibilizou-o às IES interessadas, também sem qualquer instrumento formal de concessão ou parceria institucional. A Pró-Reitoria de Extensão, por opção de natureza gerencial, uma vez que o SIEX encontrava-se na época com sua manutenção ameaçada, e no intuito de melhorar seus processos de armazenamento e gestão das informações, vem adotando, desde o início de 2011, o sistema SIGPROJ para registro e gestão da produção extensionista da UFPE. Esse instrumento também se constitui em ferramenta auxiliar importante na operacionalização da política de editais da Pró-Reitoria de Extensão. Portanto, a fonte de coleta dos dados, para efeito de levantamento e análise da produção docente apresentada neste artigo, no período estabelecido, foi o Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEX).

A análise empírica da autora, em razão de sua experiência profissional na Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, comprovada por Melo (2010), aponta que, entre as modalidades de ação extensionista de integração com a sociedade, os projetos de extensão, por sua natureza interventiva e pelo período mais longo de atuação, são os que mais oportunizam transformações no âmbito de sua execução, uma vez que favorecerem a troca de conhecimentos e práticas em uma perspectiva dialógica e interativa de trabalho acadêmico e social. Eis a razão da escolha dessa modalidade de ação.

Figura 1 – Demonstrativo de total de projetos por área temática no período 2004/2010



Fonte: SIEX / Coordenação de Gestão da Informação (2011)

A Figura 1 demonstra o quantitativo total de projetos executados no período 2004-2010 conforme as oito áreas que compõem o elenco das modalidades temáticas definidas no Plano Nacional de Extensão. A terceira posição da área temática da cultura confirma uma tendência histórica de maior número de projetos de extensão ser provenientes da área da educação, seguida da saúde.

Quadro 2 - Quantitativo de projetos de extensão da área temática da cultura desenvolvidos no período 2004/2010 e percentual em relação às demais áreas

TEMÁTICA CULTURA		
Ano	Nº Projetos	%
2004	12	13%
2005	12	13%
2006	6	7%
2007	11	12%
2008	13	14%
2009	21	23%
2010	15	17%
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	

**Fonte:** SIEX e Coordenação de Gestão da Informação (2011)

Os dados apresentados no Quadro 2 revelam que houve, no período 2007-2010, um aumento de 100% nos projetos de extensão executados na UFPE, em relação ao período 2004-2006. A discussão e a construção de propostas para o Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010, em que docentes da UFPE tiveram participação atuante, associada ao aumento da oferta de editais externos de fomento na área, leva à suposição que a valorização da temática também ocorreu internamente entre a comunidade acadêmica. A disponibilização de recursos próprios da PROEXT, por meio de editais de apoio às ações de extensão e apoio às ações voltadas ao patrimônio artístico e cultural, refletiu positivamente na produção acadêmica e nos projetos de extensão dedicados à preservação de acervos e memórias do patrimônio cultural da UFPE. Entre alguns dos projetos registrados na PROEXT, destacam-se: Preservação do Acervo Histórico e Catálogo da Oficina Guaianases de Gravura; Escovando a História a Contrapelo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais; as Coleções Didáticas e sua Inserção no Campus de Vitória de Santo Antão da UFPE; a Catalogação e Organização do Acervo

do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão; Museu da História da Topografia e Cartografia da UFPE; Preservação e Catalogação do Acervo Tipográfico da Editora UFPE; Conhecendo o acervo do Centro de Memória da Educação em Pernambuco (CEMEPE); Consolidação do Museu de Ciências Nucleares; Faculdade de Direito do Recife passada em revista, em nome da excelência; Memória Social da Medicina: preservação e divulgação do Museu da Medicina - UFPE; Povos Indígenas de Pernambuco – Saberes, Memória e Documentação: Saberes e Práticas Tradicionais de Cura; Preservação Cultural e Difusão do Patrimônio Paleontológico dos Municípios de Tacaratú e Petrolândia, no Sertão Pernambucano; Catalogação, Preservação e Divulgação do Acervo Cinematográfico do Instituto Lula Cardoso Ayres e Pontes de Cultura, do Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros.

Em novembro de 2010, em consonância com o disposto no capítulo III do PNC, dedicado à universalização do acesso da população à arte e à cultura, a Secretaria de Cidadania Cultural do MinC e a Funarte, em parceria com a UFPE, promoveram, no Centro de Convenções do *Campus* Recife, o Circuito Interações Estéticas, que reuniu artistas, especialistas, estudantes e o público interessado na temática, para expor e difundir a produção cultural e artística de diversos produtores locais e nacionais, desenvolvidas nos diversos Pontos de Cultura do País.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, a cultura e a extensão no contexto da Universidade, nesse caso específico, a Universidade Federal de Pernambuco, foram os elementos fundantes deste artigo. Buscou-se, a partir das concepções teóricas referenciadas e da produção extensionista analisada, demonstrar que, na confluência da relação educação/cultura,

que caminham histórica e conceitualmente juntas, em uma perspectiva indissociável da ação humana, são assentadas as bases da missão sócio-educativa-cultural da Universidade.

Considerada lócus apropriado da produção e da preservação do conhecimento, da cultura e do saber, da formação profissional e cidadã e da transformação social, a Universidade Pública, de financiamento estatal, agrega responsabilidade constitucional em sua área de competência, de contribuir na formulação e implementação de políticas públicas, na direção do desenvolvimento integral da sociedade. E a cultura, nesta perspectiva, deve assumir centralidade como eixo estratégico de desenvolvimento e da formação cidadã, em superação, segundo Lia Calabre (2007), a sua visão limitada a eventos ou acontecimentos episódicos, por parte inclusive de muitos gestores públicos.

O processo de gestão da cultura, como em qualquer outra área, requer, na visão da autora citada, diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados e deve ser concebida de forma integrada com as demais políticas públicas, particularmente com a de educação.

De certa forma, é possível afirmar que, em alinhamento à política nacional de fortalecimento e institucionalização da cultura, enquanto política de Estado, a UFPE, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, também incluiu a cultura na agenda institucional a partir de 2004, por meio da implantação do programa UFPE e Políticas Culturais. Observou-se, a partir daí, uma expansão da produção extensionista na área da cultura e a sua valorização com a promoção, apoio e fomento às iniciativas de formação, produção, difusão e preservação do patrimônio artístico-cultural da comunidade acadêmica da UFPE, em parceria com a sociedade, em uma perspectiva de respeito e consonância aos preceitos constitucionais.

**REFERÊNCIAS**

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: HOUAISS, Antonio. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p.71-78.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASILEIRO, Dimas; MENDONÇA, Djanyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). In: **ESTUDOS Universitários**: Revista de Cultura. 2. ed. Recife: Universitária, 2009, p. 1-78.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

DÓRIA, Carlos Alberto. Teses (equivocadas ou não) sobre o Estado e a Cultura Brasileira. In: CRIBARI, Isabela (Org.). **Economia da Cultura**. Recife: Fundaj/ Massangana, 2009, p.81-91.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As Funções Sociais da Universidade**: O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002. (Coleção Ciências Sociais)

MELO, Jowania Rosas de. **A extensão universitária na UFPE**: Uma Análise sobre a Produção Extensionista na Perspectiva Docente 2004-2009. 2010. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, UFPE. Recife, 2010.

MENEGHEL, S. M.; BERTOLIN, J. C. G. Reflexão sobre objetivos e procedimentos adotados pelas Comissões de Avaliação das Condições de Ensino/ACE do INEP. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 11, p. 115-145, 2003. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/doss01v5n1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Histórico do Ministério**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/o-ministerio/historico-do-ministerio-da-cultura>>. Acesso em: 28 jul. 2011

RENEX. **Rede Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <[http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=8](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=8)>. Acesso em: 30 jul. 2011.

TRINDADE, Hélió. A República em tempos de Reforma Universitária: O desafio do Governo Lula. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 819-844, Especial - Out. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a09v2588.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. **Pontão de Cultura**. Disponível em: [http://www.proext.ufpe.br/pontaoindex.php?option=com\\_content&view=article&id=63&Itemid=71](http://www.proext.ufpe.br/pontaoindex.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=71)>. Acesso em: 28 jul. 2011.

---

\*Artigo submetido em 21 de novembro de 2012 e aceito para publicação em 15 de janeiro de 2013.